

PUBLICAÇÃO EXPRESSA

NOTA TÉCNICA

Dinte

Nº 73

Diretoria de Estudos Internacionais

AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO: UMA VISÃO ANTECIPADA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2024

Autor: Antonio Lassance
Técnico de Planejamento e Pesquisa na Diretoria Internacional do Ipea.

Produto editorial: Nota Técnica

Cidade: Brasília/DF

Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano: 2024

Edição: 1ª

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdinte73-expressa>

O Ipea informa que este texto é uma publicação expressa e, portanto, não foi objeto de padronização, revisão textual ou diagramação pelo Editorial e será substituído pela sua versão final uma vez que o processo de editoração seja concluído.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

LUCIANA MENDES SANTOS SERVO

Diretor de Desenvolvimento Institucional

FERNANDO GAIGER SILVEIRA

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

ARISTIDES MONTEIRO NETO

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

FERNANDA DE NEGRI

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL

Diretor de Estudos Internacionais

FÁBIO VÉRAS SOARES

Chefe de Gabinete

ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social

GISELE AMARAL

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

AGENDA POLÍTICO-INSTITUCIONAL DO ESTADO BRASILEIRO: UMA VISÃO ANTECIPADA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2024

SINOPSE

Esta Nota Técnica atualiza, para o mês de outubro, o levantamento prospectivo que anteriormente antecipou o calendário de eventos e as agendas político-institucionais do Estado brasileiro para todo o ano de 2024 (Texto para Discussão nº 1312, 2024). Ao final, é feita uma análise que consolida as agendas de maior destaque no mês.

Os destaques ficam por conta da agenda de combate aos incêndios; das eleições municipais; do impasse na tramitação, no Senado, da agenda da reforma tributária; da nova regulamentação das lotéricas de apostas de quota fixa (as casas de apostas online ou bets); das negociações sobre o "orçamento secreto" e as chamadas "emendas pix"; das reuniões de grupos de trabalho do G20 e, por fim, da agenda de repatriação da população brasileira que vive no Oriente Médio, diante da escalada dos conflitos naquela região.

Palavras-chave: formação de agenda; mapeamento de atores; análise de políticas públicas; instituições políticas; 2024.

JEL: Z18; D72; H83.

ABSTRACT

This Technical Note offers an updated outlook for October 2024, building on the earlier prospective analysis that forecasted the calendar of events and political-institutional agendas of the Brazilian State for 2024. In the end, the analysis summarizes October's most prominent agendas.

The key highlights include the wildfire response agenda, the municipal elections, the deadlock in the Senate regarding the tax reform agenda, and the new regulations for the online betting platforms. Additional topics include negotiations over the "secret budget" and so-called "pix amendments," meetings of G20 working groups, and the repatriation agenda for Brazilian nationals in the Middle East amidst escalating conflicts in the region.

Keywords: Agenda-setting; actor mapping; policy analysis; political institutions; 2024.

JEL: H11; Z18; D72; H83.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho atualiza, para o mês de outubro, o levantamento prospectivo que anteriormente antecipou o calendário de eventos e as agendas político-institucionais do Estado brasileiro para todo o ano de 2024. A teoria e metodologia que fundamentam este estudo estão expostas no Texto para Discussão 3011 (Lassance, 2024a). Por sua vez, o Texto para Discussão 3012 (Lassance, 2024b), elaborado em dezembro e janeiro de 2023, publicado em junho deste ano, apresentou um calendário de eventos previstos até o final deste ano, agora revisado e atualizado por notas técnicas de cada mês. Por fim, o Texto para Discussão 3013 (Lassance, 2024c) apresentou a análise dessas agendas de políticas públicas prospectadas para o ano de 2024.

Após o levantamento do calendário de eventos de outubro, esta nota apresenta uma breve análise que consolida a visão das agendas de maior destaque.

O trabalho se destina a dirigentes e gestores dos três Poderes e também a organizações civis interessadas em uma visão antecipatória do calendário político-institucional e das agendas de políticas públicas que estão por trás de atores e organizações do Estado que impulsionam tais eventos.

Um alerta, conforme explicado no Texto para Discussão 3012:

"Como as agendas de política pública estão sujeitas a uma série de fatores e contingências—essas sim, imprevisíveis—, as datas aqui estimadas de ocorrência de cada evento podem e normalmente sofrem alterações. A partir da decisão de agentes públicos que ocupam posições centrais (dirigentes), essas datas aqui registradas preliminarmente, com base nos resultados da prospecção feita até a data desta publicação, podem ter sido alteradas ou mesmo suspensas, logo após a publicação deste trabalho." (Lassance, 2024b, p. 5).

2 CALENDÁRIO

Outubro de 2024

(Data - Evento)

1º

- Prazo limite para que as empresas de apostas ("bets") solicitem autorização para atuar no país e passem a cumprir as regras estabelecidas quanto a direitos do consumidor, cadastramento de usuários, com idade mínima de 18 anos, e limites às ações de comunicação e marketing. As empresas habilitadas serão anunciadas pelo Ministério da Fazenda e as que não se adequarem a esse marco legal terão sua atuação suspensa. As lotéricas de apostas de quota fixa (bets) que não pediram autorização nos termos da regulamentação da Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda. Até dezembro, cumpre-se o período de adequação das empresas habilitadas, que passam a funcionar plenamente a partir de 1º de janeiro de 2025, exclusivamente em sítios de apostas registrados em domínio brasileiro de internet com a extensão "bet.br".
- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da posse da presidenta do México, Claudia Sheinbaum.
- O patamar 2 da bandeira tarifária vermelha de energia elétrica entra em vigor, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica. O patamar 2 é o mais caro previsto na regulação do sistema elétrico.
- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado discute o impacto da proposta de reforma tributária no Simples Nacional.
- O acordo firmado entre a União e o Estado de Minas Gerais que autoriza a adesão deste ao Regime de Recuperação Fiscal (RFF) prevê a retomada dos pagamentos das parcelas da dívida fiscal a partir desta data. Cada Estado terá o prazo de até seis meses para reestruturar-se financeiramente de forma a adequar-se aos requisitos da Lei Complementar 159, que regula esse tipo de regime fiscal.

2

- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado discute o Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, proposto no âmbito da reforma tributária, que institui o Comitê Gestor do Imposto sobre

Bens e Serviços - CG-IBS; dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício desse imposto; sobre a distribuição para os entes federativos do produto da arrecadação do IBS; e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, entre outras providências (a discussão ocorre nos dias 2 e 3).

- IBGE divulga a Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Brasil. Período de referência: 8/2024.

3

- Fim da propaganda em rádio e TV para as eleições municipais, em primeiro turno ou turno único.
- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade Climática e Ambiental do G20 (Rio de Janeiro-RJ). O Ministério do Meio Ambiente é o coordenador do GT.
- O Tribunal de Contas do Estado do Amapá (TCE/AP) submeteu uma solicitação (embargos de declaração) ao Supremo Tribunal Federal (STF) após a Corte Suprema ter decidido que a reeleição para cargos de direção no TCE/AP é infundada. Isso implica que os membros do tribunal não podem ser reconduzidos ao mesmo posto várias vezes consecutivas.
- O Supremo Tribunal Federal analisa o embargo declaratório à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7180. A ação tem como relator o ministro Alexandre de Moraes e pedido de vista do ministro Dias Toffoli. O interessado é o Tribunal de Contas do Estado do Amapá, cujo atual presidente foi eleito e reeleito, acumulando já três mandatos consecutivos. Os embargos se referem apenas à validade dos atos já praticados, para que os mesmos sejam mantidos. Na mesma sessão, aprecia a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental interposta pelo Partido Rede Sustentabilidade contra a Lei nº 13.691/2022, do município de Uberlândia, que proíbe a vacinação compulsória contra a Covid-19 e impede que sejam aplicadas sanções a pessoas não vacinadas. O Ministro Luís Roberto Barroso suspendeu a lei cautelarmente, em decisão liminar. Ainda prevista para a mesma sessão a análise do referendo em medida cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pelo Partido Comunista do Brasil em Ação Direta de Inconstitucionalidade para interpretar dispositivos da Lei nº 9.615/1998 e da Lei nº 14.597/2023. O pedido é de garantia da legitimidade do Ministério Público para firmar termos de ajustamento de conduta, sem interferência judicial, para proteger direitos de consumidores no esporte. A ação do

Ministério Público levou a casos como o do afastamento de dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol.

4

- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Transições Energéticas (Foz do Iguaçu-PR). O Ministério de Minas e Energia é o coordenador do GT.
- IBGE divulga dados do Censo Demográfico 2022: Indígenas: Alfabetização, registros de nascimentos e características dos domicílios, segundo recortes territoriais específicos: Resultados do universo.

5

- Data comemorativa da promulgação da atual Constituição da República Federativa do Brasil (5 de outubro de 1988).

6

- Eleições municipais para prefeitas(os) e vereadoras(es) dos 5.568 municípios brasileiros.

7

- Os órgãos da administração pública federal têm até esta data para ajustarem a indicação de programas que serão afetados pelo bloqueio orçamentário previsto pelo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira de 30 de setembro. O Decreto estabelece um bloqueio de R\$ 13,3 bilhões necessários ao cumprimento da meta de resultado fiscal.

8

- Data marcada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para a votação em plenário da indicação do economista Gabriel Galípolo para o cargo de presidente do Banco Central do Brasil.
- A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado discute o chamado imposto seletivo, parte da proposta tributária encaminhada ao Legislativo (dias 8 e 9 de outubro).
- IBGE divulga a Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional. Período de referência: 8/2024.

9

- IBGE divulga três pesquisas de indicadores: Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Período de referência: 9/2024; Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Período de referência: 9/2024; Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. Período de referência: 9/2024.

10

- O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF) realiza, nesta data, audiência de conciliação para tratar da questão que ficou conhecida como "orçamento secreto", em referência às emendas ao orçamento vindas de bancada, de comissão e do relator. O Poder Executivo será representado na audiência pela Advocacia-Geral da União e pela Procuradoria-Geral da República. O Legislativo terá representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- IBGE divulga a Pesquisa Mensal de Comércio. Período de referência: 8/2024. Também apresenta a pesquisa sobre Unidades Geográficas de Confidencialidade do Censo Agropecuário 2017.

11

- Reunião ministerial do Grupo de Trabalho do G20 sobre Empoderamento das Mulheres (Brasília-DF). O Ministério das Mulheres é coordenador do GT.
- A Força Nacional de Segurança Pública completa um ano de atuação no Estado do Rio de Janeiro. A operação é feita em apoio aos órgãos de segurança pública federal e estadual (Portaria MJSP nº 511, de 11 de outubro de 2023). A previsão inicial era de que essa atuação durasse apenas 30 dias.
- Recomeça a propaganda em rádio e TV nos municípios que eventualmente tenham eleição em segundo turno. A propaganda vai dos dias 11 a 25 de outubro.
- IBGE divulga a Pesquisa Mensal de Serviços. Período de referência: 8/2024.

14

- 21ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT). Tema: Biomas do Brasil, diversidade, saberes e tecnologias sociais (dias 14 a 20). A Semana é o maior evento de divulgação científica do país e tem foco no público de crianças e jovens.

15

- Produtores(as) rurais do Estado do Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes deste ano têm até

esta data para a renegociação de suas operações de crédito, conforme decisão do Conselho Monetário Nacional.

- Vinte anos da Política Nacional de Assistência Social (Resolução nº 145, do Conselho Nacional de Assistência Social, de 15 de outubro de 2004).
- O Superior Tribunal de Justiça vota as listas tríplexes para as vagas abertas de ministros dessa cârte. Há duas vagas em aberto, sendo uma indicação da Justiça Federal e outra para membro proveniente do Ministério Público. As vagas do Ministério Público e da Justiça Federal foram abertas com as aposentadorias das ministras Laurita Vaz e Assusete Magalhães, respectivamente. A votação vai estabelecer uma lista tríplex para cada uma das duas vagas. As listas serão depois encaminhadas ao presidente Lula para a decisão final. Em seguida, os nomes escolhidos são submetidos à sabatina do Senado Federal. O Superior Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário do Brasil encarregado de harmonizar a interpretação jurisdicional da legislação federal.
- IBGE divulga o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Período de referência: 9/2024.

19

- Olimpíada Brasileira de Matemática (19ª edição) realiza sua segunda fase. Mais de 18 milhões de estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio participaram da primeira fase.

18

- IBGE divulga a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Trabalho de Crianças e Adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 2023.

20

- O Ministério da Fazenda prevê concluir até esta data a consulta pública que vai uniformizar definições sobre atividades sustentáveis, na chamada Taxonomia Sustentável Brasileira. O objetivo é estabelecer um vocabulário comum sobre atividades sustentáveis, combatendo o greenwashing (práticas supostamente ecológicas que mascaram outros interesses) e orientando investidores, agências reguladoras e governo. As novas regras se tornarão obrigatórias a partir de janeiro de 2026 para evitar fraudes na concessão de incentivos e promover investimentos em práticas realmente sustentáveis, com critérios de transparência. A consulta pública propõe 11

objetivos, sendo sete ambientais e climáticos e quatro sociais, que incluem desde mitigação da mudança climática até geração de trabalho decente e redução de desigualdades sociais. As empresas terão um ano para adaptação após a publicação das regras, a partir de novembro de 2024.

21

- Aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre-RS, volta a operar voos domésticos nesta data, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O aeroporto deve voltar a operar com 100% de sua capacidade até 16 de dezembro, quando retomará suas atividades também com voos internacionais.

22

- Encerra-se neste dia o prazo para o ministro do Supremo, Gilmar Mendes, devolver seu pedido de vista ao julgamento das ações que contestam a mais recente reforma da Previdência. em vigor desde 2019. Já se formou maioria de dez ministros favoráveis à derrubada de trechos da reforma que acionam gatilhos automáticos para a economia de gastos previdenciários. A reversão desses dispositivos ampliaria o déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (o regime de pagamento de servidores públicos federais) em mais de R\$ 126 bilhões, segundo estimativas que constam no processo ajuizado pela Advocacia-Geral da União.
- O Supremo Tribunal Federal realiza audiência pública sobre a questão da constitucionalidade das escolas cívico-militares no Estado de São Paulo. A Advocacia-Geral da União tem parecer contra as escolas cívico-militares em ação similar, dessa vez contra o Estado do Rio Grande do Sul. O argumento é o de que os Estados não podem estabelecer modalidade educacional que não esteja previamente instituída em Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da Cúpula do BRICS—originalmente, Brasil, Rússia, Índia, China e, depois, África do Sul—, em Kazan, na Rússia (dias 22 a 24).

23

- Reunião Conjunta de Mudança do Clima e Ministros das Finanças do G20 (dias 23 a 25, Washington, Estados Unidos). A reunião é coordenada pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil. A principal agenda da reunião é a reforma dos

fundos ambientais e climáticos.

24

- Reunião do Grupo de Trabalho de Comércio e Investimentos do G20 (Brasília-DF). O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços é coordenador do GT.
- Reunião do Grupo de Trabalho Anticorrupção do G20 (Natal-RN). A Controladoria-Geral da União é a coordenadora do grupo.
- IBGE divulga o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15. Período de referência: 10/2024.

25

- O IBGE divulga nesta data os resultados do Censo Demográfico 2022: Composição domiciliar e óbitos registrados. A publicação trará dados de residências particulares ocupadas, permanentes e provisórias, incluindo detalhes quanto ao número de residentes, tipo de residência e tipo de unidade residencial, de acordo com o sexo, cor ou raça e faixa etária do indivíduo encarregado do domicílio e a quantidade de mortes relatadas, ocorridas entre janeiro de 2019 e julho de 2022, de indivíduos que residiam nessas residências particulares pesquisadas.
- IBGE divulga também a pesquisa do Sistema Brasileiro de Classificação de Relevância: Excursões Técnicas: Adentrando a planície pantaneira.

27

- Segundo turno das eleições municipais para o cargo de prefeito em municípios com mais de 200 mil eleitores e nos casos em que nenhum(a) candidato(a) tenha alcançado a maioria absoluta de votos válidos.

28

- Dia em homenagem às servidoras e servidores públicos.

30

- O Banco do Nordeste envia para a Sudene e o MIDR, até esta data, a proposta orçamentária para a programação de uso dos recursos do Fundo de Financiamento do Nordeste. Após, a proposta segue para ser aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudene, até o dia 15 de dezembro deste ano. Para

2025, o Fundo contará com R\$ 47 bilhões. Seis setores foram selecionados como prioritários para receber investimentos: desenvolvimento produtivo, inovação, infraestrutura econômica e urbana, meio ambiente, desenvolvimento social e educação.

- Reunião do Grupo de Trabalho Educação do G20 (Fortaleza-CE, dias 30 e 31). O Ministério da Educação coordena o Grupo.
- IBGE divulga o Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação. Período de referência: 9/2024 a 31/10/2024.

31

- Reunião Ministerial Conjunta de Finanças e Saúde do G20 (Rio de Janeiro-RJ). A reunião é coordenada pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Saúde do Brasil.
- Reunião do Grupo de Trabalho de Saúde do G20 (Rio de Janeiro-RJ). O Ministério da Saúde é coordenador do GT.
- IBGE divulga a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal. Período de referência: 9/2024.

Ao longo do mês

- O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) passam a contar com um maior número de brigadistas, viaturas e aeronaves para as operações de combate a incêndios, em decorrência da liberação de crédito extra (R\$ 514 milhões) anunciada em setembro.
- O Ministério da Justiça preparou minuta de projeto que eleva para até 18 anos a pena de prisão aos responsáveis por provocar incêndios florestais de forma dolosa. Espera-se que a proposta tenha sua versão final em outubro e seja encaminhada ao Congresso Nacional.
- O início da temporada de chuvas traz de volta a sazonalidade do risco de epidemia de dengue. Em geral, esse período vai de outubro do ano corrente a maio do ano seguinte.
- O Ministério da Fazenda vai ampliar a regulamentação das casas de apostas online no país, incluindo vedações a formas de pagamento, como pelo Cartão do Bolsa Família e cartão de crédito (Haddad, 2024). O governo também anunciou a criação, ao longo do mês, de um grupo de trabalho interministerial (Fazenda, Saúde, MDS e Casa Civil foram aventados, além do Ministério dos

Esportes) para analisar propostas para impedir o desvio de finalidade do programa, além de estudar medidas para alertar sobre os riscos e formas de tratar o vício em jogos dessa natureza. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome já possui grupo de trabalho voltado a propor regulamentação do uso do Cartão Bolsa Família em apostas.

- O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, anunciou que "até o começo de outubro, a gente vai ter o acordo da Vale para resolver o problema de Mariana e nós queremos utilizar o recurso para recuperar o que foi estragado, para cuidar do povo" (Vilela, 2024).
- Espera-se que, entre outubro e dezembro, haja a criação do Conselho Nacional de Segurança Climática e o anúncio de um plano de prevenção de efeitos climáticos extremos.
- A Presidência da República deve enviar ao Congresso Nacional o projeto de lei com as propostas de acordos de reajuste salarial para 2025, já negociadas com os sindicatos dessas categorias.
- A unidade do antigo Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), inaugurada em setembro, entra em operação e passa a receber e processar o gás natural extraído e canalizado desde a camada pré-sal da Bacia de Santos.
- Ministério da Saúde deve publicar atualização de informação sobre a circulação dos vírus do sarampo e rubéola no país. Em 2019, o Brasil perdeu o status de país livre do sarampo. Embora esteja sem casos registrados dessa doença desde junho de 2022, 4.587 municípios estão classificados em situação de alto risco (80%, portanto).
- O Senado Federal está com sua pauta de votações trancada em razão do pedido de urgência do Projeto de Lei Complementar 68/2024, a primeira parte da regulamentação da reforma tributária. Há negociações para que a retirada da urgência seja feita pelo menos com o compromisso de um cronograma de votações da reforma.
- Os Estados têm feito pressão para que haja prioridade na aprovação, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar 121/2024 que renegocia os encargos de suas dívidas com a União. O projeto, chamado de Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), já foi aprovado no Senado e é de autoria do próprio presidente daquela Casa, o senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG).
- Tramita na Câmara dos Deputados o projeto do Senado Federal (senador Paulo Paim) que muda a lei de votar e reserva aos negros 30% (trinta por cento) dos cargos oferecidos em concurso público

de provimento efetivo e empregos públicos na administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. O projeto incorporou também as vagas para indígenas e quilombolas. A proposta também regulamenta as comissões de heteroidentificação, as quais confirmam a veracidade da autodeclaração de negros, pardos, indígenas ou quilombolas.

- A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados deve retomar a discussão e levar à votação o projeto que concede anistia aos presos e indiciados pelos atos golpistas do 8 de janeiro.
- A Comissão de Constituição e Justiça do Senado pode votar a proposta de marco temporal de demarcação de terras indígenas. Trata-se da proposta de emenda à Constituição 48/2023.
- A Comissão de Infraestrutura do Senado deve votar o projeto de lei (PL) 327/2021, que cria o Programa de Aceleração da Transição Energética. O projeto incentiva fontes alternativas e projetos de eficiência energética.
- Nos meses de outubro e novembro, o Supremo Tribunal Federal realiza rodadas de audiência de conciliação sobre a Lei do Marco Temporal. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil resolveu não participar das audiências e critica a ideia de “conciliação” a respeito de um marco temporal que limita o direito dos povos indígenas a essas terras.

3 ANÁLISE

Entre os destaques da agenda político-institucional de outubro está a questão do combate aos incêndios florestais. Além da atuação reforçada nas operações, em decorrência da liberação de crédito orçamentário de R\$ 514 milhões, espera-se o desdobramento dessa agenda em mais duas frentes: a institucionalização—de outubro a, no máximo, dezembro—da Autoridade Climática e de um comitê técnico-científico dedicado a propor medidas para enfrentar o cenário de emergência climática. Além disso, aguarda-se o envio de projeto de lei que eleva as penas dos que, de forma dolosa, são responsáveis por provocar os incêndios.

As eleições municipais, em primeiro e segundo turnos, reconfiguram também a força

política dos partidos e de suas lideranças • nacionais e nos Estados, com possíveis consequências nas coalizões do Congresso. A retomada da agenda legislativa tem um impasse a ser superado com a negociação do regime de urgência da tramitação, no Senado, da reforma tributária.

A nova regulamentação das casas de apostas online (bets) já estava prevista para ser implementada no início deste mês. Agora, há a questão específica quanto às apostas feitas por pessoas beneficiárias do Bolsa Família. As negociações sobre o orçamento secreto e as chamadas "emendas pix" caminham para um desfecho. As reuniões de grupos de trabalho do G20 se intensificam. A escalada dos conflitos no Oriente Médio faz com que a agenda de repatriação da população brasileira nesses locais passe a ter grande destaque.

ANEXO 1

Medidas provisórias em tramitação:

MPV 1260/2024

Título

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Ciência, Tecnologia.

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura e Pecuária, da Ciência, Tecnologia e Inovação, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e de Portos e Aeroportos, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.659.821.159,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

1º dia

Prazo de 60 dias

28/11/2024

Prazo de emendas

07/10/2024

MPV 1259/2024

Título

Flexibilização das regras para repasse financeiro e importação de equipamentos, softwares e serviços para ações de prevenção e combate aos incêndios

Ementa

Dispõe sobre medidas excepcionais para concessão de colaboração financeira reembolsável e não reembolsável à União, aos Estados e ao Distrito Federal, para apoio a ações de prevenção e combate à ocorrência de queimadas irregulares e de incêndios florestais.

Dia de tramitação

11º dia

Prazo de 60 dias

18/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1258/2024

Título

Crédito Extraordinário - Ações para combate e prevenção dos danos causados pela estiagem e pelos incêndios na Amazônia

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; e dos Povos Indígenas, no valor de R\$ 514.474.666,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

13º dia

Prazo de 60 dias

16/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1257/2024

Título

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS: antecipação do pagamento de precatórios e compensação financeira pela perda de arrecadação do ICMS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e de Encargos Financeiros da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 5.131.822.721,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

14º dia

Prazo de 60 dias

15/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1256/2024

Título

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de prevenção de desastres e subvenção de crédito

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 510.000.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

21º dia

Prazo de 60 dias

08/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1255/2024

Título

Autorização para depreciação acelerada de navios-tanque produzidos no Brasil empregados em cabotagem de petróleo e seus derivados

Ementa

Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e a Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024, para autorizar a concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividade de cabotagem de petróleo e seus derivados.

Dia de tramitação

35º dia

Prazo de 60 dias

25/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1254/2024

Título

Crédito Extraordinário - Subvenção de crédito rural para o enfrentamento do estado de calamidade pública no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.976.872.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

40º dia

Prazo de 60 dias

20/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1253/2024

Título

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS na área da saúde

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 308.250.000,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

47º dia

Prazo de 60 dias

13/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1252/2024

Título

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de habitação, infraestrutura hidroviária e recuperação do TRE

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Eleitoral e dos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional, das Cidades e de Portos e Aeroportos, no valor de R\$ 1.625.802.558,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

49º dia

Prazo de 60 dias

11/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1251/2024

Título

Isenção do imposto de renda aos prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos

Ementa

Altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir entre os rendimentos isentos do imposto de renda os prêmios pagos a atletas olímpicos ou paralímpicos, nas hipóteses que especifica.

Dia de tramitação

54º dia

Prazo de 60 dias

06/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1250/2024

Título

Apoio financeiro às famílias desalojadas ou desabrigadas nos municípios do RS não contemplados pelas MPVs nºs 1.219 e 1.228, ambas de 2024

Ementa

Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação

55º dia

Prazo de 60 dias

05/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1249/2024

Título

Alteração no Programa Mover - Importação de autopeças

Ementa

Altera a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação - Programa Mover.

Dia de tramitação

57º dia

Prazo de 60 dias

03/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1247/2024

Título

Desconto em operações de crédito rural para produtores do RS

Ementa

Autoriza o Poder Executivo federal a conceder subvenção econômica, sob a forma de desconto para liquidação ou renegociação de parcelas de operações de crédito rural de custeio, de investimento e de industrialização contratadas por mutuários que tiveram perdas is decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024, nos termos do Decreto Legislativo nº 36, de 7 de maio de 2024, em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecido pelo Poder Executivo federal, e altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, que institui o Programa Emergencial de Acesso a Crédito.

Dia de tramitação

62º dia

Prazo de 60 dias

28/09/2024

Prazo de 120 dias

27/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1244/2024

Título

Crédito extraordinário - Complementação das medidas emergenciais para enfrentamento do estado de calamidade pública no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Banco Central do Brasil; e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 1.253.601.800,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

75º dia

Prazo de 60 dias

15/09/2024

Prazo de 120 dias

14/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1242/2024

Título

Reforma de escolas públicas da educação básica no RS

Ementa

Autoriza o Poder Executivo federal a transferir recursos financeiros destinados a reformas em escolas públicas da educação básica com comprometimento estrutural decorrente de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul.

Dia de tramitação

81º dia

Prazo de 60 dias

09/09/2024

Prazo de 120 dias

08/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1241/2024

Título

Crédito extraordinário - Combate a incêndios florestais no Pantanal

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e da Defesa, no valor de R\$ 137.638.217,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

81º dia

Prazo de 60 dias

09/09/2024

Prazo de 120 dias

08/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1240/2024

Título

Dispensa de acordo bilateral ou reciprocidade para a utilização de tripulação estrangeira nos serviços aéreos em situações de emergência, inclusive ambiental, e estado de calamidade pública

Ementa

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica.

Dia de tramitação

83º dia

Prazo de 60 dias

07/09/2024

Prazo de 120 dias

06/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1239/2024

Título

Contratação temporária de brigadistas pelo Ibama e ICMBio para combate a incêndios florestais

Ementa

Altera a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, para dispor sobre o prazo de recontração de pessoal por tempo determinado para atender aos casos de prevenção, controle e combate de incêndios florestais.

Dia de tramitação

84º dia

Prazo de 60 dias

06/09/2024

Prazo de 120 dias

05/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1238/2024

Título

Crédito extraordinário - Recomposição orçamentária do Poder Judiciário Federal e do CNMP

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário, no valor de R\$ 1.348.356.276,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

89º dia

Prazo de 60 dias

01/09/2024

Prazo de 120 dias

31/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1237/2024

Título

Crédito extraordinário - Novas medidas emergenciais para enfrentamento do estado de

calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça Federal, da Defensoria Pública da União, do Ministério do Trabalho e Emprego, e de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 2.036.694.007,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

89º dia

Prazo de 60 dias

01/09/2024

Prazo de 120 dias

31/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1236/2024

Título

Alteração no Regime de Tributação Simplificada das remessas postais internacionais e no Programa Mover

Ementa

Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que dispõe sobre tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).

Dia de tramitação

95º dia

Prazo de 60 dias

26/08/2024

Prazo de 120 dias

25/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1235/2024

Título

Crédito extraordinário - Apoio a famílias desalojadas ou desabrigadas no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 689.689.688,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

104º dia

Prazo de 60 dias

17/08/2024

Prazo de 120 dias

16/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1234/2024

Título

Alteração da MPV nº 1.230, de 2024

Ementa

Altera a Medida Provisória nº 1.230, de 7 de junho de 2024, para dispor sobre a elegibilidade para recebimento do Apoio Financeiro destinado às trabalhadoras e aos trabalhadores domésticos e às pescadoras e aos pescadores profissionais artesanais em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecidos pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação

105º dia

Prazo de 60 dias

16/08/2024

Prazo de 120 dias

15/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1232/2024

Título

Distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas

Ementa

Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

Dia de tramitação

110º dia

Prazo de 60 dias

11/08/2024

Prazo de 120 dias

10/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1230/2024

Título

Apoio financeiro a trabalhadores com vínculo formal de emprego em municípios do RS em estado de calamidade pública

Ementa

Institui Apoio Financeiro com o objetivo de enfrentar a calamidade pública e as suas consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, destinado aos trabalhadores com vínculo formal de emprego.

Dia de tramitação

116º dia

Prazo de 60 dias

05/08/2024

Prazo de 120 dias

04/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1229/2024

Título

Apoio financeiro aos Municípios do RS em estado de calamidade pública não contemplados pela MPV nº 1.222, de 2024.

Ementa

Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal que não tenham sido contemplados pela Medida Provisória nº 1.222, de 21 de maio de 2024.

Dia de tramitação

116º dia

Prazo de 60 dias

05/08/2024

Prazo de 120 dias

04/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1228/2024

Título

Apoio financeiro a famílias desalojadas ou desabrigadas em municípios do RS não contemplados pela MPV nº 1.219, de 2024

Ementa

Institui Apoio Financeiro destinado às famílias desalojadas ou desabrigadas nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade pública ou situação de emergência reconhecida pelo Poder Executivo federal.

Dia de tramitação

116º dia

Prazo de 60 dias

05/08/2024

Prazo de 120 dias

04/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1227/2024

Título

Alterações na legislação tributária federal

Ementa

Prevê condições para fruição de benefícios fiscais, delega competência para julgamento de processo administrativo fiscal relativo ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, limita a compensação de créditos relativos a tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda e revoga hipóteses de ressarcimento e de compensação de créditos presumidos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins.

Dia de tramitação

119º dia

Prazo de 60 dias

02/08/2024

Prazo de 120 dias

01/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

Na Câmara dos Deputados (5 medidas provisórias)

MPV 1248/2024

Título

Crédito Extraordinário - Enfrentamento do estado de calamidade pública no RS em áreas de ensino superior, educação básica, atividades artísticas e culturais e subvenção econômica no âmbito do PRONAMPE

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.454.799.092,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

60º dia

Prazo de 60 dias

30/09/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1246/2024

Título

Crédito extraordinário - Apoio financeiro para contratação de seguro rural e recuperação de unidades da Embrapa no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Agricultura e Pecuária, no valor de R\$ 230.891.005,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

74º dia

Prazo de 60 dias

16/09/2024

Prazo de 120 dias

15/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1243/2024

Título

Crédito extraordinário - Medidas Emergenciais para recuperação da infraestrutura da Justiça do Trabalho e do MPU no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor da Justiça do Trabalho e do Ministério Público da União, no valor de R\$ 27.163.242,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

75º dia

Prazo de 60 dias

15/09/2024

Prazo de 120 dias

14/11/2024

Prazo de emendas

Encerrado

•

MPV 1233/2024

Título

Crédito extraordinário - Ações emergenciais no RS

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Fazenda, das Cidades, e de Portos e Aeroportos, e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 17.587.897.059,00, para os fins que especifica.

Dia de tramitação

105º dia

Prazo de 60 dias

16/08/2024

Prazo de 120 dias

15/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

MPV 1231/2024

Título

Crédito extraordinário - Apoio financeiro aos Municípios do RS em estado de calamidade pública

Ementa

Abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$ 124.060.365,00, para o fim que especifica.

Dia de tramitação

111º dia

Prazo de 60 dias

10/08/2024

Prazo de 120 dias

09/10/2024

Prazo de emendas

Encerrado

ANEXO 2

Matérias aguardando sanção ou veto presidenciais:

PLP 72/2024 (PLP 72/2024, no Senado Federal)

Ementa:

Altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Recebimento pela Presidência:

17/09/2024

Prazo para sanção:

07/10/2024

PL 5813/2023 (Emenda-CD) (PL 5813/2023, no Senado Federal)

Ementa:

Altera as Leis nºs 11.788, de 25 de setembro de 2008, e 13.667, de 17 de maio de 2018, para estabelecer incentivos à inserção de pessoas com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho.

Recebimento pela Presidência:

19/09/2024

Prazo para sanção:

09/10/2024

PL 4266/2023 (PL 4266/2023, no Senado Federal)

Ementa:

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de crimes hediondos) e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para tornar o feminicídio crime autônomo, agravar a sua pena e de outros crimes praticados contra a mulher por razões da condição do sexo feminino, bem como para estabelecer outras medidas destinadas a prevenir e coibir a violência praticada contra a mulher.

Recebimento pela Presidência:

19/09/2024

Prazo para sanção:

09/10/2024

PL 528/2020 (Emenda-CD) (PL 528/2020, no Senado Federal)

Ementa:

Dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono e a captura e a estocagem geológica de dióxido de carbono; institui o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação (ProBioQAV), o Programa Nacional de Diesel Verde (PNDV) e o Programa Nacional de Descarbonização do Produtor e Importador de Gás Natural e de Incentivo ao Biometano; e altera as Leis n°s 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999, 8.723, de 28 de outubro de 1993, e 13.033, de 24 de setembro de 2014.

Recebimento pela Presidência:

19/09/2024

Prazo para sanção:

09/10/2024

PL 4258/2021 (PL 4258/2021, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Confere o título de Capital Nacional da Biodiversidade Marinha ao Município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 6206/2023 (PL 10388/2018, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Denomina Passarela Aureliano Henriques Brotto a passarela situada no Km 201,7 da BR-116, Rodovia Presidente Dutra, no Município de Arujá, no Estado de São Paulo.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 3148/2024 (PL 3148/2024, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Inscreve o nome de Eduardo Henrique Accioly Campos no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 2725/2022 (PL 2725/2022, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Altera as Leis n°s 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e 10.973, de 2 de dezembro de 2004, para estabelecer requisitos mínimos de transparência pública e controle social em matéria educacional.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 3090/2023 (PL 3090/2023, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Institui o Dia Nacional da Música Gospel.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 6204/2023 (PL 1133/2015, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Declara o educador Anísio Teixeira Patrono da Escola Pública Brasileira.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 1752/2024 (PL 5855/2009, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para criar a Semana Nacional de Prevenção a Acidentes com Motociclistas e instituir o Dia do Motociclista.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 6575/2019 (PL 213/2015, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Regulamenta o Rodeio Crioulo como atividade da cultura popular.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 2082/2019 (PL 2082/2019, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Denomina Rodovia Alberto Dauaire o trecho da rodovia BR-356 entre as cidades de São João da Barra e Campos dos Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 1774/2024 (PL 10390/2018, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Inscribe o nome de André Pinto Rebouças no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 1725/2024 (PL 1725/2024, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Institui o Programa Acredita no Primeiro Passo e o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para instituir o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360; institui o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais, Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Sociedades Cooperativas –Desenrola Pequenos Negócios; cria linha de crédito especial para financiar a aquisição de veículos destinados à renovação da frota utilizada na prestação de serviços de táxi; altera a Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, e as Leis nºs 7.827, de 27 de setembro de 1989, 10.735, de 11 de setembro de 2003, 12.087, de 11 de novembro de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 13.606, de 9 de janeiro de 2018, 14.042, de 19 de agosto de 2020, 14.165, de 10 de junho de 2021, e 14.166, de 10 de junho de 2021; e dá outras providências.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 1765/2024 (PL 3009/2015, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Reconhece como manifestação da cultura nacional a Festa do Sairé, realizada no distrito de Alter do Chão, no Município de Santarém, no Estado do Pará.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

PL 24/2020 (PL 24/2020, na Câmara dos Deputados)

Ementa:

Reconhece as expressões artísticas charge, caricatura, cartum e grafite como manifestações da cultura brasileira.

Recebimento pela Presidência:

30/09/2024

Prazo para sanção:

18/10/2024

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria no 792, de 15 de agosto de 2024**: altera a Portaria MEC nº 83, de 7 de fevereiro de 2024, que estabelece normas e procedimentos para a gestão do Programa Pé-de-Meia. Brasília: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-792-de-15-de-agosto-de-2024-578446553>

HADDAD, Fernando. Retomada do investimento levará o país ao crescimento sustentável, aponta ministro da Fazenda. Entrevista concedida a Milton Jung e Cássia Godoy, **Jornal da CBN**. São Paulo: Rádio CBN, 30 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/setembro/retomada-do-investimento-levara-o-pais-ao-crescimento-sustentavel-aponta-ministro-da-fazenda>

LASSANCE, Antonio. **Como fazer o rastreamento de agendas político-institucionais?** Teoria, metodologia e técnicas de pesquisa para prospectar eventos futuros e antecipar seu impacto na agenda de políticas públicas. Brasília: Ipea. Texto para Discussão nº 3011 (publicação expressa). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=51606ede-f64f-4e69-8422-db64ef4628da>

LASSANCE, Antonio. **Calendário político-institucional do estado brasileiro 2024**. Texto para Discussão nº 3012 (publicação expressa). Brasília: Ipea, 2004b. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=c5ea25bd-c8fd-42f2-a5d5-d7cecaecc6f1>

LASSANCE, Antonio. **Análise da agenda político-institucional do estado brasileiro 2024**. Texto para Discussão nº 3013 (publicação expressa). Brasília: Ipea, 2024c. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=70a4b01b-6991-4c69-8781-425bcd809102>

MAZENOTTI, Priscilla. Governo anuncia queda de até 10% nas contas de luz em setembro. Brasília: **Agência Brasil**, 8 de agosto de 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2024-08/governo-anuncia-queda-de-ate-10-nas-contas-de-luz-em-setembro>

VILELA, Pedro Rafael. **Lula anuncia repactuação do desastre em Mariana para outubro**. Brasília: Agência Brasil, 5 de setembro de 2024. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-09/lula-anuncia-repactuacao-do-desastre-em-mariana-para-outubro>